

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.245 - SC (2019/0163975-2)**

**RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE : ZENI FABIANI ORLANDO**  
**ADVOGADO : EVANDRO LUIZ POSSAN - SC046017**  
**RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

## **EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

## **DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, c, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 194):

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONDIÇÕES PESSOAIS.**

1. A natureza da incapacidade, a privar o segurado do exercício de todo e qualquer trabalho, deve ser avaliada conforme as circunstâncias do caso concreto. Isso porque não se pode olvidar que fatores relevantes - como a faixa etária do requerente, seu grau de escolaridade, dentre outros - são essenciais para a constatação do impedimento laboral.
2. Hipótese em que, consideradas as condições pessoais do autor, é devida a aposentadoria por invalidez.

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões de sua irresignação, o recorrente alega existência de dissídio jurisprudencial entre o aresto recorrido e acórdãos proferidos tanto pelo Superior Tribunal de Justiça quanto pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 3ª e 5ª Regiões, uma vez que o "não há como afastar a aplicabilidade do artigo 43, da Lei 8.213/91 do caso concreto, tendo em vista que nos casos análogos, onde restou demonstrada a incapacidade laborativa desde a data do requerimento administrativo, desde então deve ocorrer o pagamento do benefício" (fl. 245).

Sem contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 252-253.

É o relatório. Passo a decidir.

A insurgência não merece prosperar.

Isso porque o alegado dissídio jurisprudencial não foi comprovado nos moldes estabelecidos nos artigos 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º do RISTJ, tendo em vista que não foi realizado o devido cotejo analítico, com a demonstração clara do dissídio entre os casos confrontados, identificando os trechos que os assemelhem, não se oferecendo, como bastante, a simples transcrição de ementas ou votos.

Por oportuno, colacionam-se trechos das razões recursais em que se aponta a mencionada divergência (fls. 159-162)

[...]

a) DA INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE ENTRE O V.  
JULGAMENTO RECORRIDO E DECISÕES DE OUTROS

# Superior Tribunal de Justiça

TRIBUNAIS, INCLUSIVE DESSE E. TRIBUNAL (CF, ARTIGO 105, III, C)

Como se vê, o acórdão recorrido violou frontalmente o artigo 105, III, c, da Carta Magna, pois, inúmeros acórdãos de outros Tribunais, especialmente desse E. Tribunal da Cidadania já acolheram o entendimento contrário ao prolatado no acórdão recorrido.

Nesta linha, apresenta-se os julgamentos paradigmas, de diferentes locais, todos ora juntados, a partir do inteiro teor disponível da rede mundial de computadores e declarados autênticos pelo subscritor deste recurso, nos termos do artigo 1.029, § 1.º, do CPC, senão vejamos:

Do Colendo STJ:

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. SÚMULA 83/STJ. 1. O termo inicial da concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez é a prévia postulação administrativa ou o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.** Ausentes a postulação administrativa e o auxílio-doença, o termo a quo para a concessão do referido benefício é a citação. Precedentes do STJ. 2. Dessume-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento do STJ, no sentido de que o termo inicial para a concessão do benefício assistencial é a data o requerimento administrativo, razão pela qual não merece prosperar a irrisignação. Incide, in casu, o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida." 3. Recurso Especial não provido. 1 (Grifei)

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. DIA SEGUINTE À CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO ANTERIORMENTE CONCEDIDO OU DO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO.** I - Na origem, cuida-se de ação ajuizada em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, objetivando a concessão de auxílio-doença, auxílio-acidente ou aposentadoria por invalidez. II - **De acordo com a jurisprudência do STJ, o termo inicial da aposentadoria por invalidez corresponde ao dia seguinte à cessação do benefício anteriormente concedido ou do prévio requerimento administrativo.** Entende-se que o laudo pericial não serve como parâmetro para fixar termo inicial de aquisição de direitos, mas apenas norteia o livre convencimento do juiz quanto aos fatos alegados pelas partes. Precedentes: REsp n. 1.471.461/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 3/4/2018, DJe 16/4/2018; AgInt no AREsp n. 915.208/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 15/12/2016, DJe 19/12/2016; e AgInt no AREsp n. 980.742/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 13/12/2016, DJe 3/2/2017. III - **Recurso especial provido para fixar a data do requerimento administrativo como termo inicial do benefício.** 2 (Grifei)

Ainda, dos E. TRF's das 1.ª, 3.ª e 5.ª Regiões:

**PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. ART. 43 DA LEI 8.213/91.** 1. A sentença julgou procedente o pedido inicial, concedendo aposentadoria por invalidez à parte autora a partir da data do requerimento administrativo em 26/01/2015. 2. Restando incontroverso o direito à percepção do benefício por invalidez, por ausência de insurgência recursal neste ponto, a questão trazida pela

parte autora a julgamento cinge-se à fixação do termo inicial do benefício. **3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS.** In casu, tendo o laudo judicial destacado que o início da incapacidade para o trabalho remonta ao ano de 2008 (quesito 7.1 - fls. 86), mostra-se devida a fixação da data inicial do benefício quando da cessação do auxílio-doença em 31/05/2010 (fls. 32), época na qual a autarquia federal deveria ter reconhecido o direito da requerente à manutenção do benefício previdenciário. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. 4. Não configura cerceamento de defesa a não realização de novas provas, inclusive a produção de nova perícia ou apreciação de quesitos suplementares formulados pelas partes, eis que a prova destina-se ao convencimento do juiz, podendo ser indeferido o pleito neste particular em caso de sua desnecessidade. 5. Os honorários advocatícios devem ser mantidos conforme determinado na sentença, não se aplicando o disposto no § 11 do art. 85 do NCPC, ante a ausência de insurgência recursal do INSS. 6. Apelação da parte autora provida. 3 (Grifei)

**PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - DIB. 1. O benefício é devido a partir da data do requerimento administrativo, por força do disposto no art. 43, § 1º, da Lei de Benefícios.** 2. Apelação do INSS não provida. 4 (Grifei)

**PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO. I - A Data de Início da Aposentadoria Por Invalidez há de ser fixada desde a data do Requerimento Administrativo (19.02.2013), quando houver indícios de que a doença incapacitante já existia à época desse Requerimento, na linha de precedente do TRF-5ª Região. II - O próprio INSS reconheceu a pré-existência da incapacidade laborativa do Autor, quando lhe concedeu o Benefício de Auxílio-doença durante o período compreendido entre 10.09.2007 a 20.03.2008. III - Apelação provida. 5 (Grifei)**

Ora, observa-se dos julgados supra colacionados, que o E. Tribunal *a quo*, embora tenha acatado o pedido de aposentadoria por invalidez, decidiu contrariamente ao entendimento majoritário dos tribunais, inclusive, do entendimento consolidado neste próprio Superior Tribunal de Justiça, mostrando assim, de fato, a existência de divergência jurisprudencial entre as decisões dos acórdãos paradigmas e do acórdão recorrido.

Isto porque, não há como afastar a aplicabilidade do artigo 43, da Lei 8.213/91 do caso concreto, tendo em vista que nos casos análogos, onde restou demonstrada a incapacidade laborativa desde a data do requerimento administrativo, desde então deve ocorrer o pagamento do benefício.

Nobres Ministros, a divergência jurisprudencial é incontestada e o benefício da Recorrente deverá ser pago desde a data do requerimento administrativo e não somente a partir da decisão de segundo grau, como entendeu o acórdão recorrido.

Eis a divergência.

[...]

Nessa senda, é nítido que não foi realizado o adequado cotejo analítico entre os arestos supostamente discrepantes, tampouco foi apresentada, de forma objetiva e clara, a divergência entre os casos confrontados, razão pela qual o presente apelo não deve ser conhecido.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TOMBAMENTO. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO E IMPEDIMENTO. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. UTILIZAÇÃO DE FUNDAMENTO JURÍDICO DIVERSO DO APONTADO PELAS PARTES. JULGAMENTO EXTRA PETITA E REFORMATIO IN PEJUS. INOCORRÊNCIA. NO MÉRITO DA EXCEÇÃO, IMPOSSIBILIDADE DE ANALISAR A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU ESTADUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 280 DO STF. NÃO CABIMENTO DA EXCEÇÃO CONTRA QUEM É PARTE NO PROCESSO, E NÃO AUXILIAR DO JUÍZO. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO DA INTEMPESTIVIDADE. INVIABILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL, ANTE O JULGAMENTO DE IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO, JÁ TRANSITADO EM JULGADO NESTE PONTO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO INTERNO DOS PARTICULARES A QUE SE NEGA PROVIMENTO. [...]

7. Sobre a interposição fundada na alínea c do art. 105, III da CF/1988, o sugerido dissídio jurisprudencial não foi analiticamente demonstrado. A interposição de Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça requer o primoroso atendimento de requisitos constitucionais de alta definição jurídica; assim, a demonstração da chamada divergência pretoriana deve se dar de forma analítica e documentada, por meio do cotejo analítico, para se comprovar que a decisão recorrida está em desacordo com precedentes julgados de outros Tribunais, inclusive e especialmente deste STJ (art. 105, III, c da Carta Magna). [...]

10. Agravo Interno dos Particulares a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 714.153/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 17/6/2019)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 463, I, DO CPC/73. A QUESTÃO VERIFICADA NÃO SE AMOLDA À HIPÓTESE INSCULPIDA NO MENCIONADO ART. 463, I, DO CPC/1973. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 291 DA SÚMULA DO STF. [...]

V - No tocante à tese de dissídio jurisprudencial, vislumbra-se que as partes inobservaram obrigação formal. Os recorrentes deixaram de realizar, adequadamente, o cotejo analítico, sem o qual não ficou demonstrada, de forma objetiva e clara, exegese legal distinta levada a efeito em caso semelhante ao ora apreciado.

VI - Aplicável, assim, analogicamente, o Verbete Sumular n. 291 do Supremo Tribunal Federal, cuja redação é a seguinte: "No recurso extraordinário pela letra d do art. 101, n. III, da Constituição, a prova do dissídio jurisprudencial far-se-á por certidão, ou mediante indicação do Diário da Justiça ou de repertório de jurisprudência autorizado, com a transcrição do trecho que configure a divergência, mencionadas as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados." Nesse sentido: AgRg no Ag n. 652.319/GO, Rel. Ministro Castro Filho, Terceira Turma, julgado em 24/4/2007, DJ 14/5/2007, p. 281.

# *Superior Tribunal de Justiça*

VII - Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 1185109/SP, Rel.

Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 23/5/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator

